

PFL e 'Centro Democrático' querem reforma ministerial

Janio de Freitas

Golpe branco

Derrotados no intuito de extrair da Convenção do PMDB o mandato de cinco anos, que na euforia das sondagens palacianas supuseram conquistar com 180 a 220 votos de vantagem, os comandados do presidente Sarney já iniciaram a articulação de um ato que seria, se vitorioso, nada menos do que um golpe branco na Constituinte.

Sob o "bloco suprapartidário de apoio ao governo", cuja intenção de montar o próprio presidente anunciou a meio de suas irritadas reações ao fracasso entre os convencionais, está a arregimentação de forças para impor à Constituinte um projeto de Constituição. Já elaborado pelas malícias jurídicas do consultor-geral da República, Saulo Ramos, com a colaboração de círculo de intimos do presidente, este projeto substituiria o anteprojeto já produzido pelos constituintes. E, é claro, entre peripécias de todo gênero, fixaria o atual mandato em cinco anos. Eis por que o presidente Sarney passou a fazer e incentivar críticas pesadas aos trabalhos da Constituinte.

Durante quarenta dias os constituintes discutiram, modificaram e por fim aprovaram o regimento metodizador dos trabalhos para elaborar a nova Constituição. No art. 23 deste regimento, o parágrafo 2º começa assim: "Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto" originário de propostas dos constituintes e montado pela Comissão de Sistemati-

zação. O plano do presidente Sarney conflita, portanto, com o regimento da Constituinte. Logo, a apresentação do projeto palaciano requer, como preliminar, a aprovação de emenda para alterar o regimento. E aí está a primeira razão de ser do pretendido "bloco partidário de apoio ao governo".

Mudar as regras a meio do jogo — causa formal da instabilidade das instituições no Brasil — ao tempo do regime militar chamava-se de casuismo. Em qualquer época, seu verdadeiro nome é golpe — branco, de mão, armado, variam as modalidades mas a agressão às instituições é invariável.

Ao se recusar a remeter à Constituinte o projeto da Comissão Arinos, malvisto pelos ministros militares e excessivamente avançado para as tradições sarneysianas, o presidente recorreu a este argumento: "Não cabe ao presidente mandar projeto à Constituinte. Isto seria uma interferência. A Constituinte é livre e soberana para elaborar a Constituição que todos esperamos".

A Constituinte não se tornou menos livre e soberana do que à época de sua instalação, embora, é pena, também não se tenha tornado mais uma coisa, nem outra. Ao passo que o presidente, se desde o início tem buscado maneiras de interferir, agora pretende ser o constituinte, não só livre e soberano, como único e absoluto.

Da Sucursal de Brasília

O PFL e o grupo "Centro Democrático" do PMDB estão exigindo uma reforma ministerial para compor um bloco parlamentar de sustentação ao governo do presidente José Sarney no Congresso. A proposta de um bloco pró-Sarney, integrado pelos "moderados" do PMDB, pelo PFL e por parlamentares do PTB, PDS, PL e PDC, foi formulada antontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53. O porta-voz do presidente Sarney, Frota Neto, disse ontem que a iniciativa de Sant'Anna não foi articulada no Palácio do Planalto, mas que ela é "bem-vinda".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, (PFL-BA), 54, afirmou que seu partido está "disposto a participar do bloco". Mas complementou: "Ou as coisas mudam (no governo) ou mudamos nós (o PFL)". Para José Lourenço, "o PFL pode deixar o governo se o presidente decidir que o quadro que lhe agrada é esse, com o PMDB apoiando-o pela metade, com os ministros não obedecendo suas determinações (uma referência aos sete ministros que, na convenção do PMDB, no último fim-de-semana, posicionaram-se pelo voto secreto ao invés do voto aberto, como queria Sarney) e o governo não funcionando".

A ofensiva pefelista iniciou-se após a reunião ocorrida pela manhã entre Lourenço, o presidente do partido, senador Marco Maciel (PE), e com o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS). Na reunião, foram analisados os resultados da convenção do PMDB, e a conclusão unânime é que a importância do PFL na sustentação política a Sarney mudou de qualidade: "Deve se adequar o governo à nova realidade surgida em função da convenção do PMDB", disse José Lourenço.

Esta "nova realidade" é explicada pelas próprias contas de Carlos



O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA)



O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA)

Sant'Anna, para quem a dimensão do grupo "moderado" do partido pode ser avaliada em torno dos 142 parlamentares que ele assegura terem se declarado pela votação aberta e nominal na convenção do partido. O PFL, com seus 133 parlamentares, passaria a representar praticamente a metade do núcleo da nova base parlamentar de Sarney e, segundo Lourenço, precisaria ter representação proporcional no governo. O tema certamente estará em pauta nos próximos encontros entre o presidente e o senador Marco Maciel. Ontem à noite estava prevista a presença de Sarney na festa de aniversário do presidente do PFL, que completou 47 anos, e amanhã os dois voltam a encontrar-se, desta vez em audiência formal no Palácio do Planalto.

A exigência do "Centro Democrático", que também quer uma fatia de

poder integrar o bloco de apoio a Sarney, foi o tema de uma reunião que durou todo o dia de ontem, no gabinete do líder Carlos Sant'Anna. A maior parte do grupo quer os cargos antes de formar o bloco, enquanto Sant'Anna deseja que o bloco seja articulado, passe por testes no Congresso constituinte que comprovem a Sarney a possibilidade de constituir-se em base confiável de apoio, para só depois ocorrerem alterações no governo. "Se tivermos competência para imprimir na Constituinte as diretrizes que devem ditar as normas para a sociedade que a sociedade deseja, teremos construído uma base sólida para ter prestígio junto ao governo", afirmou Sant'Anna.

Na reunião, ficaram ao lado de Sant'Anna os deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Roberto Cardoso Al-

ves (PMDB-SP). Os demais exigem uma reforma ministerial prévia à constituição do bloco. São eles: Marcos Lima (PMDB-MG), Jorge Viana (PMDB-BA), Borges da Silveira (PMDB-PR), Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Jorge Leite (PMDB-RJ) e Expedito Machado (PMDB-CE). Os líderes do "Centro Democrático" deverão encontrar-se com Sarney na próxima semana mas, segundo Sant'Anna, a data só será fixada "depois que fecharmos uma avaliação dentro do grupo".

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), partido que também comporia o bloco pró-Sarney, defende também a mesma posição de Sant'Anna. Para Righi, deve ser formado "um bloco na Constituinte, com identidade de pensamento e que, no futuro, poderá evoluir para o apoio ao governo".

Covas incentiva emenda popular por eleições em 88

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), reuniu-se ontem pela manhã em seu apartamento, em Brasília, com seus vice-líderes, e decidiu que incentivará uma emenda popular pela realização de eleições presidenciais em novembro de 1988. Para poder tramitar no Congresso constituinte, uma "emenda popular" necessita recolher a assinatura de trinta mil eleitores.

Os parlamentares do grupo de Covas entraram em contato ontem mesmo com dirigentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), buscando apoio para a iniciativa. Cópia da emenda, que está sendo redigida pelo deputado Osvaldo Macedo (PMDB-PR), serão enviadas para os diretores municipais peemedebistas em diversos Estados.

"Progressistas"

Pela manhã, reuniram-se também os parlamentares do grupo "Movimento Unidade Progressista" (que reúne a ala "progressista" do PMDB). Eles decidiram que o grupo terá estrutura própria — com a periodicidade do jornal "Unidade Progressista" distribuído na Convenção do PMDB no último fim-de-semana — e atuará de forma independente em relação à direção partidária.

Ulysses só admite bloco 'na Marquês de Sapucaí'

Da Sucursal de Brasília

"Esse negócio de bloco tem que ser discutido é na Marquês de Sapucaí", disse ontem o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 70, ao falar sobre a proposta de um bloco suprapartidário de apoio parlamentar ao governo Sarney, feita antontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Marquês de Sapucaí é o nome da avenida onde se realizam os desfiles das escolas de samba, no Rio. Segundo Ulysses, "o PMDB está unido e não tem nada de bloco". Ao ouvir o comentário de Ulysses, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), 66, disse que "o bloco que desfila na Constituinte é o bloco dos desunidos do PMDB".

Em entrevista a uma emissora de TV na noite de antontem, entretanto, Ulysses havia dito que os políticos de outros partidos que comungassem com os mesmos ideais do PMDB seriam bem-vindos para comporem esse bloco. Esta não é a primeira vez que Ulysses muda repentinamente de opinião sobre um assunto. No episódio das agressões ao presidente José Sarney, no dia 25 de junho, no Rio, o deputado considerou legítima, em entrevista concedida no dia 27, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, a iniciativa do governo federal de usar a Lei de Segurança Nacional (LSN) para punir os manifestantes.



O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, dirige os trabalhos no plenário

Na ocasião, Ulysses afirmou que "a lei está aí e o presidente achou por bem utilizá-la, diante da gravidade dos fatos".

Porém, no dia 2 de julho, Ulysses se reuniu com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para, em nome dos

partidos representados no Congresso constituinte, pedir que o governo não usasse a LSN contra os supostos agressores. Ulysses afirmou que "se uma lei tiver que ser usada, deveria ser o Código Penal".

O líder do PMDB no Congresso

constituinte, senador Mário Covas (SP), 47, também procurou minimizar a articulação pretendida por Carlos Sant'Anna. "Não tenho nada a dizer sobre isso", afirmou. Para Covas, "esse tipo de proposta não enriquece a vida partidária".

Carvalho Pinto - O ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto foi internado antontem no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas, zona central de São Paulo, com quadro de infarto agudo no miocárdio. O último boletim médico, divulgado às 17h de ontem, diz que "devido à diminuição da pressão arterial, foi indicada circulação assistida através de balão intra-aórtico" e que "no momento encontra-se em estado crítico, necessitando também de drogas vasopressoras".

Brossard - O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem, em Salvador (BA), que a Convenção Nacional do PMDB, realizada no fim-de-semana, em Brasília, foi convocada "em um momento inoportuno" e que tinha "a veleidade de fixar o prazo de quatro anos para o mandato presidencial". Já o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, disse, no Rio, que "ninguém do PMDB votou contra o presidente José Sarney".

Machline - O empresário Matias Machline, 54, diretor-presidente do Grupo Sharp, entrou ontem com ação de reintegração de posse, na Justiça de Imperatriz (MA), para obter a retirada das cerca de trezentas famílias que invadiram sua fazenda Itacira, naquele município, na terça-feira. Ele disse que a fazenda "só foi invadida porque me pertence, para chamar a atenção da opinião pública". Representantes da CPT e outras entidades tentaram entrar na fazenda, mas foram desaconselhados pelo gerente, Roosevelt Guerra.

Golbery - O general da reserva Golbery do Couto e Silva, 76, internado desde o dia 8 no hospital Sirio-Libanês, zona central de São Paulo, está "muito bem", segundo o médico Emilio Mattar, responsável por seu tratamento. O médico voltou a afirmar que o general "não tem tumor digestivo nenhum". Disse ainda que, de acordo com os resultados dos exames, "talvez o sangramento tenha sido menor do que se supôs", referindo-se à hemorragia digestiva baixa que levou Golbery ao hospital. Segundo Mattar, o general deve receber alta neste fim-de-semana.

Militares anistiados - O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, disse ontem, no Rio, que o reingresso à ativa dos militares anistiados "é uma ameaça à hierarquia e à disciplina, que são os baluartes das Forças Armadas". Para ele, esse reingresso representaria uma despesa adicional de Cz\$ 10 bilhões para os cofres públicos.